



A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL NA PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

The Role of the Accounting and Tax
Support Center in Promoting Tax
Education and Citizenship

Lucas Vinicius Rezende Ferreira¹
luca.svrezende@souunit.com.br

Caio César Mota dos Santos²
caio.cezar@souunit.com.br

Jefferson Reis Guimarães Andrade³
jefferson.reis@souunit.com.br

Flavia Karla Gonçalves Santos⁴
karlinhayellow@yahoo.com.br

Cristina Ribeiro de Lisboa Sucupira⁵
cristina.ribeiro@souunit.com.br

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar a atuação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) da Universidade Tiradentes (UNIT) na promoção da educação e cidadania fiscal. Adotou-se uma abordagem qualitativa, com delineamento exploratório e descritivo, por meio de estudo de caso único. A coleta de dados foi realizada com entrevistas semiestruturadas aplicadas a membros do NAF/UNIT e analisadas por meio da técnica de análise de conteúdo. Os resultados revelam que o NAF desempenha papel estratégico ao oferecer serviços contábeis gratuitos à população de baixa renda, como auxílio na declaração do imposto de renda, regularização do CPF e atendimento a microempreendedores. Além disso, promove ações educativas, como palestras e campanhas de conscientização fiscal, contribuindo para a formação cidadã e profissional dos discentes. Destacou-se também a atuação em rede, com parcerias institucionais que ampliam o alcance do projeto e possibilitam maior inserção social. Conclui-se que o NAF/UNIT se consolida como instrumento de inclusão social, disseminação da cultura fiscal e fortalecimento da relação entre universidade, Estado e sociedade.

PALAVRAS-CHAVE

Cidadania Fiscal. Educação Tributária. Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal.

ABSTRACT

This study aims to analyze the performance of the Accounting and Tax Support Center (NAF) of Tiradentes University (UNIT) in promoting tax education and citizenship. A qualitative approach was adopted, with an exploratory and descriptive design, through a single case study. Data collection was carried out through semi-structured interviews with members of NAF/UNIT and analyzed using the content analysis technique. The results reveal that NAF plays a strategic role in offering free accounting services to the low-income population, such as assistance in filing income tax returns, regularizing CPFs, and providing services to microentrepreneurs. In addition, it promotes educational activities, such as lectures and tax awareness campaigns, contributing to the civic and professional development of students. The network's activities, with institutional partnerships that expand the project's reach and enable greater social inclusion, also stood out. It can be concluded that NAF/UNIT is consolidating itself as an instrument of social inclusion, dissemination of tax culture and strengthening of the relationship between universities, the State and society.

KEYWORDS

Tax citizenship; Tax Education; Accounting and Tax Support Center.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país federativo que possui um sistema fiscal amplo e complexo, concebido para arrecadar os recursos necessários à promoção do bem-estar social, saúde, segurança, educação, previdência, assistência, entre outras funções constitucionais (Santos; Fuini, 2022).

Apesar disso, a maioria da população brasileira ainda demonstra desconhecimento quanto ao funcionamento do federalismo fiscal e à sua importância para a manutenção dos serviços públicos (Oliveira, 2024). Nesse contexto, a educação fiscal e a conscientização sobre a função social dos tributos emergem como ferramentas cruciais para fomentar uma consciência cidadã e fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade.

Com o intuito de contribuir para o fortalecimento da cidadania fiscal, a Receita Federal do Brasil (RFB) estabeleceu parcerias com instituições de ensino superior públicas e privadas, criando o projeto denominado Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF). O NAF tem como propósito prestar serviços contábeis e fiscais gratuitos à população de baixa renda — contribuintes hipossuficientes com rendimentos de até R\$ 60.000,00 anuais ou até três salários mínimos mensais, microempreendedores individuais (MEI), pequenos produtores rurais e organizações da sociedade civil (RFB, 2023).

Apesar da crescente implementação dos NAF em diferentes regiões do país, ainda são escassos os estudos acadêmicos que analisam de forma aprofundada sua atuação como ferramenta de promoção da educação fiscal e cidadania, especialmente em contextos regionais e em termos de impactos sociais e institucionais. Essa lacuna teórica evidencia a necessidade de pesquisas que investiguem as estratégias adotadas, os resultados obtidos e as formas de articulação interinstitucional promovidas por esses núcleos.

Diante desse cenário, o presente artigo tem como objetivo geral investigar a atuação do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal na promoção da educação e cidadania fiscal. Como objetivos específicos, busca-se: (i) analisar as estratégias e programas desenvolvidos pelo NAF para promover a educação fiscal junto à população, avaliando sua eficácia e alcance; (ii) investigar o impacto das ações do NAF na conscientização dos cidadãos sobre suas obrigações tributárias e seus direitos relacionados à gestão pública; e (iii) explorar a colaboração do NAF com outras instituições públicas e privadas na promoção de iniciativas de cidadania fiscal, identificando boas práticas e desafios.

A relevância de estudos voltados à cidadania fiscal e às iniciativas do NAF justifica-se tanto pelo impacto social quanto pelo valor acadêmico dessas ações. No âmbito social, essas iniciativas promovem o conhecimento dos direitos e deveres tributários, a compreensão da função socioeconômica dos impostos e o acesso gratuito a serviços essenciais, funcionando como ponte entre a comunidade e as autoridades fiscais. Isso contribui para a construção de uma cultura de conformidade tributária e de responsabilidade social (Santana *et al.*, 2019).

No meio acadêmico, os Núcleos representam uma oportunidade valiosa de aprendizagem prática para os estudantes, preparando-os para o mercado de trabalho e reforçando valores profissionais e éticos. Além disso, fomentam a integração entre universidade e sociedade, ampliando as possibilidades de pesquisa aplicada e a colaboração

com órgãos públicos, o que aprofunda a compreensão do conceito de cidadania fiscal e seus impactos (Santana *et al.*, 2023).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CIDADANIA E EDUCAÇÃO FISCAL

A cidadania fiscal configura-se como um conceito fundamental que estrutura a relação entre o cidadão e o Estado, especialmente no que tange à tributação. De acordo com a Receita Federal do Brasil (RFB), tal conceito representa o alicerce transversal que deve orientar todas as atividades do órgão, com o intuito de conscientizar os contribuintes acerca da função socioeconômica dos tributos, bem como do papel essencial desempenhado pela RFB no provimento dos recursos que sustentam o funcionamento do Estado brasileiro (RFB, 2022).

Para que o exercício da cidadania fiscal seja pleno, é imprescindível o desenvolvimento de uma consciência fiscal voltada para o interesse público e o bem comum. O conhecimento dos direitos e deveres relacionados à tributação constitui elemento central na formação de um cidadão crítico, consciente de seu papel na sociedade, apto a exigir o cumprimento das normas legais e a atuar de maneira proativa na promoção da justiça social. A inserção da educação fiscal no currículo escolar, de maneira interdisciplinar, representa uma estratégia eficaz para fomentar espaços de reflexão que promovam uma educação voltada à cidadania. Tal abordagem proporciona aos estudantes a compreensão do papel socioeconômico dos tributos e os incentiva a exercer o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos (Rocha; Pordeus, 2025).

Nesse contexto, destaca-se o Programa de Educação Fiscal (PEF), cuja implementação se dá por meio das práticas pedagógicas dos docentes, contribuindo para o desenvolvimento de um processo de reflexão crítica dos discentes sobre o tema transversal da educação fiscal. O PEF tem como objetivo principal sensibilizar os alunos quanto à função social dos tributos, promovendo a conscientização nas redes de ensino e fortalecendo o exercício da cidadania. Ao fomentar a formação de uma consciência crítica e reflexiva acerca dos direitos e deveres do cidadão, o PEF contribui para o cumprimento do papel constitucional do Estado na redução das desigualdades sociais e no fortalecimento da democracia (Rocha; Pordeus, 2025).

Outra iniciativa de relevância no campo da cidadania fiscal é o Programa Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), desenvolvido sob a responsabilidade da RFB em parceria com instituições de ensino superior. O NAF visa ampliar a conscientização dos contribuintes quanto à função socioeconômica dos tributos e à importância do papel institucional da Receita Federal. Ao prestar serviços contábeis e fiscais gratuitos à população de menor poder aquisitivo, o programa fortalece a formação prática dos estudantes, integrando teoria e prática, ao mesmo tempo em que promove a cidadania fiscal por meio do atendimento à comunidade (RFB, 2024).

Em síntese, cidadania fiscal e educação fiscal constituem elementos interdependentes. Uma sociedade composta por cidadãos fiscalmente educados é mais apta a com-

preender a relevância dos tributos para o financiamento das políticas públicas e para a promoção do bem-estar social. A partir do conhecimento de seus direitos e deveres fiscais, os indivíduos tornam-se protagonistas da vida pública, exercendo o controle social sobre os gastos públicos e contribuindo de forma consciente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Rocha; Pordeus, 2025). A incorporação da educação fiscal nos currículos escolares, aliada ao fortalecimento de programas como o PEF e o NAF, representa um passo fundamental para o desenvolvimento da cidadania e para a consolidação de uma nação ciente de seu papel social e econômico.

Além disso, embora existam publicações institucionais sobre as ações do NAF, observa-se uma carência de estudos acadêmicos que sistematizem seus impactos no engajamento cívico, na formação prática de estudantes e na consolidação de políticas públicas de educação fiscal. Essa lacuna revela a necessidade de aprofundamento teórico e empírico sobre como o NAF atua como instrumento de transformação social, particularmente em contextos regionais brasileiros.

2.2 AÇÕES DO NÚCLEO DE APOIO CONTÁBIL E FISCAL (NAF)

O NAF desenvolve uma série de estratégias e programas com o intuito de promover a educação fiscal junto à população, com foco na conscientização acerca da importância dos tributos e da função social dos impostos. Essas iniciativas buscam não apenas o cumprimento das obrigações fiscais, mas também a construção de uma cultura cidadã em que a sociedade compreenda e valorize o impacto dos tributos no bem-estar coletivo (Ferreira; Popik; Paes, 2021).

Entre as principais estratégias e programas do NAF voltados à educação fiscal, destacam-se as seguintes ações:

2.2.1 Prestação de Serviços e Atendimentos

O NAF oferece serviços gratuitos à comunidade, incluindo a declaração de Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) e orientação aos Microempreendedores Individuais (MEI), além de consultas ao CPF e emissão de DARF, entre outros serviços. Por meio dessas atividades, o NAF proporciona à população uma vivência prática com o sistema tributário, ao mesmo tempo em que orienta os cidadãos sobre suas obrigações fiscais e o correto relacionamento com a Secretaria da Receita Federal. Esse processo de orientação contribui significativamente para a disseminação da educação fiscal, ao capacitar os indivíduos a entenderem e cumprirem suas responsabilidades tributárias de maneira adequada (Santana *et al.*, 2023).

2.2.2 Atividades de Conscientização

No campo da conscientização, o principal objetivo é promover mudanças culturais tanto na comunidade interna (alunos) quanto na comunidade externa (a população). Nesse sentido, o NAF atua como uma ferramenta de educação fiscal e conscientização, incentivando as pessoas a buscarem orientações técnicas sobre suas obrigações fiscais e a refletir sobre o seu dever social e fiscal. Através de diversas atividades, busca-se des-

pertar uma consciência crítica sobre o papel dos impostos na manutenção e desenvolvimento dos serviços públicos, reforçando a importância da educação fiscal na formação de cidadãos mais conscientes (Santana *et al.*, 2023).

2.2.3 Palestras, Cursos e Treinamentos

Uma das frentes mais importantes de atuação do NAF são os treinamentos, palestras e cursos, frequentemente realizados em parceria com a Receita Federal. Essas iniciativas têm como objetivo a disseminação de conhecimentos fiscais tanto para os alunos envolvidos quanto para os voluntários e a comunidade em geral. Tais ações visam sensibilizar o cidadão para a função social do tributo, ao mesmo tempo em que possibilitam o aprofundamento do conhecimento sobre Administração Pública e suas práticas fiscais. Dessa forma, o NAF não apenas instrui, mas também gera reflexões sobre o impacto dos tributos na sociedade (Freitas; Almeida, 2018; Simões, 2016).

2.3 COOPERAÇÃO PARA EDUCAÇÃO FISCAL

A colaboração entre a Receita Federal e Instituições de Ensino Superior (IES) é um aspecto fundamental do trabalho desenvolvido pelo NAF, especialmente no que diz respeito à educação fiscal de cidadãos de baixa renda. Nesse modelo, os estudantes têm a oportunidade de aplicar seus conhecimentos, prestando serviços tributários à população, sempre sob a supervisão dos docentes das instituições de ensino. Essa parceria não só amplia o alcance das ações do NAF, mas também oferece aos alunos uma experiência prática valiosa, além de contribuir para a formação de uma consciência cidadã no âmbito acadêmico (RFB, 2024).

Em acordo com a portaria nº 214, de 2 de setembro de 2022, da Receita Federal do Brasil (RFB), a colaboração do Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF) com instituições públicas e privadas ocorre por meio de parcerias formais e informais, com o objetivo de promover a cidadania fiscal. Essa articulação institucional constitui elemento central para o cumprimento dos objetivos do NAF, que incluem a educação fiscal e a prestação de assistência gratuita a contribuintes de baixa renda, microempreendedores individuais (MEI), pequenos produtores rurais e organizações da sociedade civil (OSC).

2.3.1 Formas de Colaboração e Promoção da Cidadania Fiscal

As principais parcerias estabelecidas pelo NAF são:

- **Parcerias com órgãos públicos:** O NAF estabelece, com frequência, parcerias com a Receita Federal do Brasil (RFB), que exerce papel fundamental no apoio à criação e ao funcionamento dos núcleos no âmbito das instituições de ensino superior. Adicionalmente, alguns NAF desenvolvem ações integradas com administrações tributárias estaduais e municipais, ampliando o escopo dos serviços fiscais oferecidos. Parcerias com o Ministério Público Federal e com a Justiça Federal também podem ser estabelecidas, reforçando o compromisso com a justiça fiscal e a equidade tributária (RFB, 2024).

- **Parcerias com instituições de ensino superior (IES):** A operacionalização dos NAFs ocorre no interior das IES, onde estudantes de cursos como Ciências Contábeis e Comércio Exterior aplicam os conhecimentos teóricos adquiridos, prestando serviços à comunidade sob a supervisão de docentes. Essa interação promove o desenvolvimento de competências práticas nos discentes, ao mesmo tempo em que oferece suporte técnico-contábil à população (RFB, 2024).
- **Parcerias com entidades da sociedade civil:** O NAF busca estabelecer vínculos com organizações que compartilham objetivos correlatos, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Essas colaborações viabilizam ações voltadas à formalização e à manutenção da regularidade contábil e fiscal de MEIs e pequenos produtores rurais, bem como à realização de eventos e mutirões de atendimento. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os Conselhos Regionais de Contabilidade (CRC) também atuam como parceiros estratégicos, fornecendo suporte técnico e institucional ao programa (RFB, 2024).

Em suma, o NAF atua em diversas frentes, combinando a prestação de serviços práticos com ações educativas e de conscientização. Seu objetivo é não apenas ajudar os contribuintes a atenderem suas necessidades fiscais imediatas, mas também promover uma cultura de cidadania fiscal a longo prazo. Ao desenvolver atividades que vão desde a orientação direta ao cidadão até a realização de eventos educativos e a produção de materiais de sensibilização, o NAF contribui para a formação de cidadãos mais informados e engajados com as questões fiscais. Essas ações, em conjunto, visam consolidar um modelo de sociedade mais consciente de seus deveres fiscais e participativa na fiscalização e acompanhamento da gestão pública (Santana *et al.*, 2023).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados na condução da pesquisa, contemplando a abordagem, os objetivos do estudo, o delineamento metodológico, a técnica de coleta e o método de análise dos dados.

A presente investigação caracteriza-se como um estudo de natureza qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A abordagem qualitativa foi escolhida por permitir uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos sociais investigados, especialmente no que diz respeito às práticas e percepções relacionadas à educação e cidadania fiscal promovidas pelo Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (Gil, 2019).

O caráter exploratório justifica-se pela intenção de ampliar o entendimento sobre a atuação do NAF como instrumento de promoção de cidadania fiscal, sendo uma temática que, embora relevante, ainda carece de estudos sistemáticos em contextos regionais. Já a dimensão descritiva refere-se ao propósito de detalhar, com base nos relatos empíricos, as estratégias adotadas pelo núcleo, os desafios enfrentados, os impactos percebidos e as formas de cooperação com instituições públicas e privadas.

Optou-se pelo método do estudo de caso único, tendo como unidade de análise o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal da Universidade Tiradentes (NAF/UNIT), localizado no

estado de Sergipe. O estudo de caso permite examinar em profundidade uma situação contemporânea inserida em um contexto real, possibilitando a compreensão da complexidade do fenômeno em seu ambiente natural (Yin, 2015). A escolha de um único caso justifica-se pelo nível de consolidação, relevância e capilaridade do NAF/UNIT, o que torna a experiência particularmente rica para análise.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, aplicadas a três participantes diretamente envolvidos com o núcleo: a coordenadora institucional, um discente bolsista e uma representante de instituição parceira. A entrevista semiestruturada, por permitir a combinação de perguntas previamente elaboradas com a flexibilidade de aprofundar tópicos emergentes durante a conversa, mostrou-se adequada para captar percepções, experiências e interpretações dos sujeitos sobre a atuação do NAF (Triviños, 2011). As entrevistas foram conduzidas de

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Este estudo tem como objetivo analisar os serviços prestados, as práticas adotadas e as formas de atuação dos NAF/UNIT. Para alcançar tal objetivo, foi conduzido um estudo de caso único, utilizando-se de procedimentos metodológicos que envolvem a coleta de dados qualitativos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO NAF/UNIT

O conceito de NAF foi concebido em 2008 por iniciativa do auditor-fiscal Clóvis Belbute Peres. À época, Peres exercia a função de agente da RFB em Canoas, ao mesmo tempo em que cursava Ciências Contábeis na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sua vivência profissional permitiu-lhe observar as dificuldades enfrentadas por cidadãos na resolução de demandas fiscais junto à RFB. Simultaneamente, como discente, percebeu a carência de experiências práticas na área tributária entre seus colegas universitários. Ressaltava-se, entre esses estudantes, o desconhecimento do funcionamento da Receita Federal, mesmo considerando que, futuramente, lidariam com questões fiscais em diferentes níveis de complexidade (Santana *et al.*, 2023).

Diante desse diagnóstico, Peres iniciou um projeto de pesquisa com o objetivo de mobilizar instituições de ensino superior interessadas em firmar parcerias com a forma presencial. Todas as falas foram gravadas, transcritas integralmente e organizadas para posterior análise.

Para o tratamento do material empírico, adotou-se a análise de conteúdo. Conforme proposta por Bardin (2016) essa técnica visa identificar categorias temáticas a partir da organização, codificação e interpretação sistemática do conteúdo das entrevistas, permitindo extrair sentidos latentes e evidenciar padrões discursivos relacionados às categorias analíticas definidas no referencial teórico: (i) educação fiscal, (ii) cidadania fiscal e (iii) cooperação institucional.

A análise foi conduzida em três etapas principais: (1) pré-análise, com leitura fluente e organização do corpus; (2) exploração do material, com definição de unidades de registro e categorias temáticas; e (3) tratamento dos resultados, com interpretação crítica dos achados à luz da literatura. Esse procedimento possibilitou identificar recor-

rências, tensões e singularidades nas percepções dos entrevistados, construindo uma base sólida para a discussão dos resultados.

A Receita Federal para a criação de núcleos de apoio contábil e fiscal, em colaboração com outro auditor-fiscal, desenvolveu uma monografia sobre o projeto, a qual foi laureada com o Prêmio de Inovação e Criatividade da Receita Federal. Posteriormente, com o apoio do programa EUROsocial, a proposta foi internacionalizada, ampliando seu alcance para além do território nacional (Santana *et al.*, 2023).

No estado de Sergipe, o NAF foi implantado em 15 de março de 2016, por meio de um acordo de cooperação técnica celebrado entre a UNIT, a Delegacia da Receita Federal do Brasil em Aracaju, o Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe (CRC-SE) e o Sindicato das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas das Empresas de Serviços Contábeis do Estado de Sergipe (SESCAP-SE). Embora a formalização do projeto tenha ocorrido em março de 2016, suas atividades foram iniciadas de forma efetiva em 1º de abril do mesmo ano. Inicialmente, o núcleo funcionava na Rua Lagarto, nº 253, Centro de Aracaju, na sala 9. Sua estrutura organizacional contava com a atuação de um coordenador, dois estagiários e estudantes voluntários da universidade, que contribuíam nas atividades de atendimento à comunidade.

Segundo a coordenadora do NAF/UNIT, o propósito central do núcleo consiste em promover transformações culturais tanto no âmbito da comunidade acadêmica quanto na sociedade em geral, fomentando a busca por orientação técnica e fortalecendo a consciência sobre deveres sociais e fiscais. O núcleo busca valorizar o conhecimento fiscal por meio de sua aplicação prática, além de oferecer serviços gratuitos às populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a pequenos empreendimentos.

Assim, o NAF/UNIT Aracaju transcende seu caráter assistencial, posicionando-se como uma ferramenta de educação fiscal e conscientização cidadã. Para os estudantes envolvidos, o projeto representa uma oportunidade de qualificação profissional, uma vez que permite a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula, contribuindo para o desenvolvimento de competências técnicas e éticas. Para a comunidade, o NAF representa uma fonte de acesso qualificado a informações e serviços que, de outra forma, estariam fora de seu alcance.

4.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL DO NAF/UNIT

Atualmente, o NAF/UNIT conta com a participação de 10 discentes estagiários e dois docentes orientadores. As atividades são desenvolvidas em sete pontos de atendimento, sendo um localizado na unidade da Unit no centro de Aracaju (Rua Lagarto, nº 253, Centro), e os demais distribuídos em seis Centros de Atendimento ao Cidadão (CEAC), espaços disponibilizados pela Secretaria de Estado da Administração de Sergipe (SEAD/SE).

4.3 PRINCIPAIS SERVIÇOS OFERECIDOS À COMUNIDADE PELO NAF/UNIT

O NAF/UNIT configura-se como uma relevante iniciativa de extensão universitária voltada à prestação de serviços contábeis gratuitos à comunidade, com ênfase no aten-

dimento a pessoas de baixa renda e microempreendedores individuais (MEI). Embora se destaque, em especial, durante o período de declaração do Imposto de Renda, o NAF mantém suas atividades ao longo de todo o ano, oferecendo uma gama diversificada de serviços voltados à regularização fiscal e à inclusão financeira de cidadãos.

Entre os principais serviços ofertados pelo núcleo, destacam-se a regularização de Cadastro de Pessoa Física (CPF), a orientação e auxílio em parcelamentos tributários, bem como o suporte à emissão de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF). Para os microempreendedores, a atuação do NAF contempla, ainda, a inscrição e baixa de CNPJ, o acompanhamento de parcelamentos de tributos e a orientação quanto ao processo de desenquadramento do regime de MEI. Já para os cidadãos em geral, o núcleo oferece suporte desde a elaboração e envio da declaração de imposto de renda até o encaminhamento de pedidos de restituição por meio do sistema eletrônico Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso (PERDCOMP).

De acordo com a coordenadora do NAF, as principais demandas recebidas pelo núcleo envolvem dúvidas relativas à obrigatoriedade da declaração do imposto de renda, bem como questões ligadas à regularização do CPF. Muitos contribuintes procuram o serviço sem compreender, por exemplo, as razões pelas quais encontram impedimentos para movimentar suas contas bancárias. Além disso, é comum o atendimento a microempreendedores que, por falta de conhecimento, deixam de realizar os recolhimentos mensais obrigatórios e, conseqüentemente, são notificados por débitos fiscais junto ao fisco.

Com o encerramento do prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda, o NAF direciona seu foco para outras ações de cunho social e fiscal. No segundo semestre, ganha destaque a campanha “Estudante-Cidadão: CPF na Mão”, realizada em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEDUC). A iniciativa tem como objetivo regularizar e emitir CPF para estudantes que ainda não possuem o documento, abrangendo instituições de ensino em todo o estado. Segundo a coordenadora, essa ação possui grande relevância social, uma vez que a obtenção do CPF constitui etapa fundamental para a efetiva inclusão cidadã, explica Flávia.

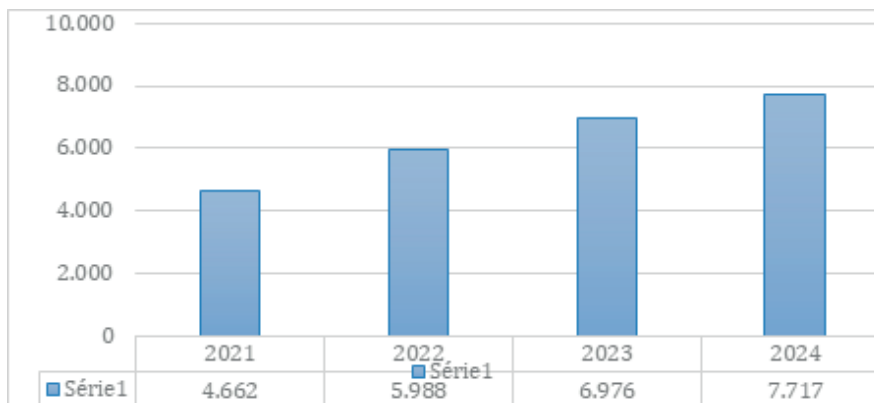
Outro serviço bastante demandado neste período refere-se à regularização de dívidas tributárias. A assistência prestada pelo NAF abrange desde a reorganização de declarações de exercícios anteriores até o apoio na negociação e parcelamento de tributos em atraso. O volume expressivo de atendimentos relacionados à geração de DARFs de parcelamentos e à retificação de declarações em atraso evidencia a importância do núcleo na promoção da cidadania fiscal. Tal atuação contribui para a inserção de indivíduos e empreendedores no mercado formal, promovendo maior segurança jurídica e financeira, complementa a coordenadora.

A atuação do NAF da UNIT, conforme dados do Relatório Anual de Cidadania Fiscal da Receita Federal do Brasil, tem se mostrado cada vez mais expressiva no estado de Sergipe. Entre os anos de 2021 e 2024, o NAF/UNIT realizou um total de 25.343 atendimentos contábeis e fiscais, refletindo o fortalecimento de seu papel como instrumento de inclusão social e disseminação da educação fiscal.

A análise anual dos atendimentos aponta uma trajetória de crescimento consistente. No ano de 2021, foram prestados 4.662 atendimentos, número que aumentou para

5.988 em 2022, representando uma variação positiva de 28,4%. Em 2023, os atendimentos chegaram a 6.976, o que equivale a um crescimento de 16,5% em relação ao ano anterior. Já em 2024, com 7.717 serviços prestados, observou-se um aumento de 10,6% frente ao ano de 2023. Esses dados demonstram um avanço contínuo tanto em termos de alcance quanto de efetividade das ações do NAF/UNIT.

Gráfico 1 – Quantidade de atendimentos realizados pelo NAF/UNIT



Fonte: Dados do NAF/UNIT (2025).

Esse crescimento pode ser interpretado como resultado da ampliação do acesso da população a serviços de orientação contábil e fiscal, da consolidação do NAF como uma política pública de cidadania, e da eficiência dos mecanismos de formação prática ofertados aos estudantes da área contábil. Assim, o NAF/UNIT não apenas contribui para a formação acadêmica e profissional de seus discentes, mas também atua de forma direta na promoção da justiça fiscal e da cidadania no estado de Sergipe.

4.4 INSTITUIÇÕES QUE COMPÕEM A REDE DE COOPERAÇÃO DO NAF UNIT VOLTADA À EDUCAÇÃO E CIDADANIA FISCAL

Na atualidade, o NAF da UNIT conta com a vigência de acordo de cooperação com as instituições: Receita Federal do Brasil (RFB), Secretaria de Estado da Administração (SEAD), Conselho Regional de Contabilidade (CRC), Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e com a Secretaria de Educação de Sergipe (SEDUC).

A parceria estabelecida entre a instituição de ensino e a Receita Federal tem se mostrado de extrema relevância para a formação acadêmica e profissional dos discentes. Segundo a ex-coordenadora do projeto, profa. Flávia Karla Gonçalves, tal colaboração é essencial para o aprimoramento das competências técnicas dos alunos, os quais participam regularmente de capacitações promovidas pelo órgão. O NAF também se evidencia por suas colaborações institucionais estratégicas.

Dentre elas, destaca-se a parceria com a SEDUC, bem como com a Secretaria da Administração do Estado, por meio da qual os alunos realizam atendimentos nos Centros de Atendimento ao Cidadão (CEAC), ampliando assim sua vivência prática em contextos reais de atendimento à população. Ademais, o NAF mantém uma cooperação com o INSS, que disponibiliza um analista para a realização de atendimentos previamente agendados nas dependências do núcleo, fortalecendo ainda mais o caráter interdisciplinar e formativo da iniciativa.

Essas parcerias institucionais promovem a integração entre teoria e prática, ao mesmo tempo em que proporcionam um serviço de relevância social, reforçando o compromisso da instituição com a formação cidadã e profissional de seus estudantes.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa desenvolvida sobre a atuação do NAF/UNIT, evidenciou a relevância dessa iniciativa como instrumento efetivo de promoção da educação fiscal e da cidadania tributária no Brasil. Através da análise das estratégias empregadas, como a prestação gratuita de serviços fiscais à população de baixa renda, a realização de ações educativas e a formação técnica de estudantes, foi possível verificar que o NAF contribui significativamente para o fortalecimento do vínculo entre a sociedade e o Estado, ao fomentar a consciência sobre os direitos e deveres tributários.

O estudo também demonstrou o crescimento expressivo da atuação do NAF/UNIT entre 2021 e 2024, com mais de 25 mil atendimentos realizados, o que reflete não apenas a expansão do serviço, mas também o aumento da demanda social por apoio contábil e fiscal qualificado. Além disso, a colaboração com órgãos públicos, instituições de ensino e entidades da sociedade civil amplia o alcance e a efetividade das ações, consolidando o NAF como uma política pública de caráter educativo e social.

A presente pesquisa contribui para o enriquecimento da literatura no campo da ciência da administração ao evidenciar a importância dos núcleos de extensão universitária como mecanismos inovadores de integração entre teoria e prática, destacando o papel das instituições de ensino superior na construção de políticas públicas colaborativas e sustentáveis. Em termos práticos, os achados oferecem subsídios para gestores públicos e educadores na formulação de estratégias voltadas à ampliação da cidadania fiscal e à inclusão socioeconômica de populações vulneráveis.

A atuação do NAF configura-se, assim, como um modelo replicável de gestão pública participativa, que alia formação acadêmica, prestação de serviços e fortalecimento da consciência cidadã, demonstrando sua aplicabilidade como ferramenta estratégica na administração pública e na formação de uma cultura fiscal mais ética, crítica e comprometida com o bem coletivo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

FUINI, Lucas Labigalini *et al.* Educação para a Cidadania Fiscal: um Contributo para a Formação Integral dos Estudantes da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Iluminart**, n. 20, 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GOLDSCHMIDT, Fabio Brun; ANDRADE, Leonardo Aguirra de. Por um Princípio Jurídico-tributário da Cooperação. **Revista Direito Tributário Atual**, n. 53, p. 215-243, 2023.

OLIVEIRA, Célia Valquíria Nascimento de. **A promoção da cidadania fiscal pelas administrações tributárias: um caminho para o desenvolvimento nacional**. 2024.

SANTOS, Marivaldo Andrade dos. O princípio constitucional da cooperação tributária introduzido pela emenda n. 132/2023. **Revista Direito Tributário Atual**, São Paulo: IBDT, p. 523-545, 1º quadrimestre 2024.

SANTANA, Anne Karolyne Aragão de; SILVA, Victor Santana da; SOUZA, Diego Silva; SANTOS, Flavia Karla Gonçalves; SUCUPIRA, Cristina Ribeiro de Lisboa. A Contribuição do núcleo de apoio contábil e fiscal da Universidade Tiradentes para a comunidade e os discentes. **Caderno de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 8, n. 1, 2023.

ROCHA, Vania Lima de Sousa; PORDEUS, Marcel Pereira. O programa de educação fiscal (PEF) e sua contribuição no fortalecimento e conscientização da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades**, v. 7, n. 9, p. 1170-1182, 2021.

SIMÕES, L. M. G. **Educação fiscal: um contributo para uma política de cidadania fiscal**. 2016. Dissertação (Mestrado em Fiscalidade) – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2016.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **NAF Referencial versão 4.0**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/ptbr/centraisdeconteudo/publicacoes/manuais/referencial-naf/referencial-naf/view>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Portaria RFB nº 214**, de 2 de setembro de 2022. Disponível em: <https://normasinternet2.receita.fazenda.gov.br/#/consulta/externa/122539>. Acesso em: 20 de maio de 2025.

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2011.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

1 Acadêmico do curso de Administração – UNIT/SE.
E-mail: luca.svrezende@souunit.com.br

2 Acadêmico do curso de Administração – UNIT/SE.
E-mail: caio.cezar@souunit.com.br

3 Doutor em Administração – UFBA; Professor do curso de Administração – UNIT/SE.
E-mail: jefferson.reis@souunit.com.br

4 Mestre em Administração – UFS; Professora do Instituto Federal de Sergipe.
E-mail: karlinhayellow@yahoo.com.br

5 Mestre em Ciências Contábeis – FUCAPE; Professora do curso de Administração – UNIT/SE.
E-mail: cristina.ribeiro@souunit.com.br

Recebimento: 3/6/ 2025

Avaliação: 17/7/2025

Aceite: 22/8/2025



<https://periodicos.set.edu.br/cadernohumanas>

** Uma publicação exclusiva para alunos de graduação dos cursos de ciências humanas e sociais da Universidade Tiradentes

Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.



Unit UNIVERSIDADE
TIRADENTES

EDITORIA UNIVERSITÁRIA
TIRADENTES

 **cadernos de
graduação**
ciências humanas e sociais